

Currículo como processo vivenciado na escola

Vanderlei Elias Nery*

Para falar sobre o currículo escolar, devemos perguntar: O que é currículo? A resposta pode variar muito e até ser antagônica, dependendo da visão de mundo que se tem. Muitos consideram currículo apenas a grade curricular, ou seja, a divisão em disciplinas e os conteúdos trabalhados por elas. Trabalharemos, neste texto, com uma visão que considera todo o processo vivido na escola como componente do currículo.

A partir da resposta acima devemos situar o papel da escola em uma sociedade dividida em classes sociais. Althusser (1983) foi um dos primeiros autores a chamar a atenção para o papel da escola a partir deste viés. Este autor situa a escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE). O que isso quer dizer? Para Althusser, a escola é um instrumento da classe economicamente dominante, detentora do poder político, para a reprodução das relações sociais que favorecem a continuidade desta classe no poder, e consequentemente mantém as relações de dominação e submissão existentes.

Qual o instrumento que possibilita esta reprodução na escola? O currículo. Como? São várias as maneiras. Trabalharemos algumas delas. No geral, a percepção que nós temos sobre o processo de reprodução social e inculcação ideológica que acontece na escola se dá pelos conteúdos transmitidos, principalmente nas disciplinas da área das humanidades. Não desprezamos aqui este fato, porém tentaremos demonstrar que, para além desta área, todo o processo educativo escolar está impregnado pela ideologia dominante. Vejamos.

Nossas escolas, no geral, são organizadas de forma hierárquica, assim como nossa sociedade. Geralmente, o diretor é a figura central da escola, é aquele que deve dar a palavra final sobre todos os assuntos. Na escola, ele aparece como quem elabora e determina o que os professores, funcionários, alunos e pais devem fazer. Sabemos que isto é muito mais um mito que realidade, pois o diretor também está submetido a uma hierarquia rígida, a qual vem determinada pelos órgãos que gerenciam os sistemas educacionais, em geral as secretarias de educação (PARO: 1997). Mesmo com esta ressalva, na escola o diretor aparece como a figura preponderante, aquele que detém o poder. Ora, essa postura tem consequência na formação das crianças e jovens, pois para estes o diretor representa a autoridade máxima da escola, o que vai acostumá-los à hierarquia que vão encontrar na sociedade, principalmente no mundo do trabalho, ao qual, mais cedo ou mais tarde, a maioria dos jovens se submeterá (PARO: 2001).

Mas a reprodução não para por aí. O que ensinamos às crianças e jovens quando pré-estabelecemos regras, às quais eles devem obedecer cegamente, sem questionamentos? O que ensinamos quando determinamos horários? Não quaisquer horários, mas de entrada, de troca de aula, de saída, com aquele sinal “maravilhoso”, tocando a cada 45 ou 50 minutos? O que ensinamos quando, no primeiro ano do ensino fundamental, no qual as crianças agora têm seis anos, as colocamos em fila indiana, mandamos que cantem o hino nacional, e depois subam em fila, em silêncio, e que, ao chegar à sala de aula, sentem em suas carteiras, sendo estas organizadas bem separadas e uma atrás da outra? Muitos exemplos poderiam ser citados aqui, mas estes já podem dar um quadro razoável do que queremos demonstrar. Todos esses ensinamentos servem para moldar as crianças e jovens à vida em

* Doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, pesquisador do NEILS.

uma sociedade hierarquizada, competitiva, individualista, em que a busca da realização deve se dar de forma solitária, sobrepujando a tudo e a todos (NIDELCOFF: 1993).

Até aqui falamos da organização da escola. Mas não é só aí que se dá a reprodução social. Qual o papel das disciplinas e do processo de ensino-aprendizagem? Para fugirmos dos lugares comuns, começaremos por aquelas disciplinas que todos julgam isentas, neutras, que são objetivas, como as da área das ciências exatas. Consideremos, então, a disciplina de Matemática. O que se ensina nesta disciplina? Diriam os apressados, aqueles que se julgam neutros, apolíticos, que o que é ensinado é o cálculo, o pensamento, o raciocínio lógico etc. De fato esses conteúdos podem ser ensinados por meio da disciplina de Matemática. Mas será que em nossas escolas públicas, nas quais estudam as crianças e jovens trabalhadores, isto está ocorrendo?

Para responder a esta pergunta, devemos verificar como se dá o processo de ensino-aprendizagem desta disciplina. Pela nossa experiência como alunos que fomos no passado, e como professores que somos no presente, podemos dizer que, na maioria das vezes, a forma de ensino e os conteúdos trabalhados por esta disciplina não buscam desenvolver o raciocínio e, portanto, não buscam desenvolver a autonomia nas crianças e jovens. A forma principal para o ensino da Matemática tem sido fazer com que os alunos decorem regras, fórmulas e cálculos. Por mais que haja um discurso progressista, ainda não encontramos, na imensa maioria de nossas escolas, um ensino que busque a compreensão do princípio, o conhecimento do porquê das coisas. Ora, esse processo de ensino-aprendizagem reforça a ideologia dominante, pois inculca nas crianças e jovens uma dependência aos “sábios”, àqueles que sabem elaborar e resolver os problemas da sociedade e, ao fazer isso, reforça na classe trabalhadora sua dependência e submissão à classe dominante, pois nesta estão aqueles que são capazes de pensar e buscar o sentido das coisas e, portanto, aqueles que devem, inclusive, dirigir a sociedade.

E as disciplinas da área de humanas? O que elas ensinam? Pensemos na disciplina de História. Qual o papel reservado aos trabalhadores brasileiros na construção do Brasil? Os primeiros habitantes, chamados erroneamente de índios, são apresentados como aqueles que não tinham cultura, como incivilizados. Os negros, como bestas, verdadeiros animais irracionais, sem alma, e que, portanto, podiam ser escravizados. E os portugueses? Estes são apresentados como aqueles portadores de uma cultura superior, que vieram para o “novo mundo” colonizar, elevar à civilização e os povos que aqui viviam. Em um país de maioria mestiça ou negra, qual é a mensagem que este tipo de ensino transmite? Entendemos que o que é transmitido é a superioridade do branco em relação às outras etnias, assim estas devem se curvar ao domínio daqueles que são superiores culturalmente. Será por isso também que, na língua portuguesa brasileira, omite-se a grande quantidade de palavras de origem africana ou guarani? Ou, quando são proferidas, inserem-se, na maioria das vezes, em contextos restritos ao folclore, às manifestações populares? (NIDELCOFF, 1993)

Várias outras disciplinas e formas de organização da escola promovem esse processo de reprodução da sociedade capitalista, mas entendemos que, para os objetivos deste artigo, o acima exposto é suficiente para demonstrar nossa concepção de currículo e a forma como este serve aos objetivos da classe dominante.

A partir destas constatações, nos perguntamos, então: aqueles que buscam um processo de transformação social devem abandonar a escola? Entendemos que não. Apesar do processo acima demonstrado, consideramos a escola como um lugar privilegiado para a classe trabalhadora na busca do conhecimento socialmente produzido.

Então o que fazer? Em primeiro lugar, é preciso discutir com mais refinamento o papel da escola nas sociedades de classes. Concordamos com Althusser (1983), quando este define a escola com AIE, porém se nos fecharmos nesta posição, esqueceremos que a escola é uma instituição da sociedade, que, portanto, está mergulhada, também, na luta de classes. Esta visão nos permite afirmar que a escola é um lugar privilegiado das lutas sociais e das disputas ideológicas. Não podemos nos esquecer de que as contradições vividas por professores e alunos, que são trabalhadores, são levadas para o convívio escolar, e que este fato nos leva a pensar que as coisas não se dão de uma forma mecânica, o processo de ensino-aprendizagem é, também, perpassado pelos conflitos entre as classes sociais, assim sendo, a reprodução social dentro da escola é marcada por esses conflitos (PARO: 1996).

Como afirma Apple (1989), professores, pais e alunos devem buscar formas de agudizar estas lutas em favor da classe trabalhadora. Neste sentido, o que poderia ser feito? Buscar a democratização das relações escolares. Como? Criando mecanismos e utilizando os já existentes (Conselho de Escola, por exemplo) que reforcem a participação da comunidade escolar em todo o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a participação de professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis na elaboração das propostas escolares e não somente na execução.

Esse processo é importante, pois como afirma Paro (1997), quem só executa deixa de ser sujeito, e o ser humano é sujeito por natureza, portanto, ao ser alijado da elaboração, participando somente da execução daquilo que alguém “superior” elaborou e determinou, ele perde sua humanidade.

Esta democratização pode se dar também na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, em que todos podem discutir suas posições, pontos de vistas e propostas. Mas, para isso, é preciso que a equipe de direção e professores respeitem as posições, pontos de vistas e propostas de pais e alunos. Isso significa aceitar que estes têm muito a nos dizer e que, se o processo de ensino-aprendizagem busca o conhecimento e este deve realizar-se para os alunos, os interessados diretos devem poder opinar e propor.

Um segundo ponto importante é a mudança na relação professor-aluno. Para que uma escola seja de fato democrática, esta relação não pode basear-se em uma relação de mando e obediência. O professor não pode enxergar o aluno como alguém desprovido de conhecimento, pois o aluno, ao chegar à escola, traz consigo os conhecimentos vivenciados na família e na sociedade em geral. Com isso não queremos fazer coro às propostas neoliberais atuais que, se apropriando do exposto acima, transformam o professor em mero observador do aprendizado do aluno. Nós não compactuamos com esta visão.

O professor tem um papel importantíssimo no processo de ensino-aprendizagem. É ele que detém os conhecimentos básicos da disciplina lecionada e também das técnicas de ensino. O que queremos destacar aqui é que, para que haja uma real democratização da escola, o professor deve enxergar o aluno como sujeito construtor de sua história e do seu conhecimento, sendo fundamental que o mestre ouça seus alunos e participe com eles do processo de ensino-aprendizagem.

A fim de que isso se efetive, deveríamos buscar um processo que partisse do conhecimento dos alunos, para daí progredir até o máximo de conhecimento possível. Partir do que o aluno sabe não quer dizer partir do indivíduo e sim do grupo ou da classe ao qual ele faz parte, e também não quer dizer ficar naquilo que o grupo já sabe. Como afirmamos acima, a busca pelo conhecimento cada vez mais elevado deve ser sempre o objetivo do processo de ensino-aprendizagem (SAVIANI: 2000).

Entendemos, ainda, que a divisão por disciplina dificulta a busca da totalidade, pois fragmenta o conhecimento, porém, enquanto não temos condições de mudar esta realidade, podemos ter como método de ensino para todas as disciplinas a descoberta, que pode ser conseguida através da pesquisa. Isto significa dizer que devemos abandonar os cálculos, fórmulas e formas prontas, as histórias definitivas.

Como atingir este objetivo? Na Matemática, por exemplo, o objetivo do processo de ensino-aprendizagem deveria ser o entendimento dos cálculos e das fórmulas, sendo estes o resultado de um longo percurso de pesquisa, em que professor e alunos trilham um caminho que os leva ao resultado final, que são os cálculos e as fórmulas. Nesta nova metodologia, estes passam a ser produtos de algo construído por todos, assim o processo de construção do conhecimento torna-se o objetivo central e não a fixação de cálculos e fórmulas.

Na disciplina de História, por sua vez, devemos abandonar os textos e histórias prontas, apresentando aos alunos as várias visões de mundo ao longo do tempo, utilizando textos, narrativas, formas de organização da vida, materiais das diferentes classes sociais, ajudando os alunos a produzirem sua própria visão de mundo. Desta forma, o papel do professor será muito mais o de alguém que auxilia o aluno em seu processo de conhecimento do que aquele que diz o que se deve e o que não se deve saber .

Esta concepção de currículo e de escola busca auxiliar nossas crianças e jovens a se tornarem adultos autônomos e capazes de enfrentar as lutas sociais, objetivando a construção de uma sociedade justa e fraterna. Isso não significa que perdemos a noção do papel da escola na sociedade de classes, porém acreditamos que devemos aproveitar a escola e o currículo como espaços privilegiados da disputa ideológica.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- APPLE, M. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000.